

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.263.301 - SP
(2018/0060105-0)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : LUCIA HELENA GONZALEZ
EMBARGANTE : JOSE NILSON DE PAULA
ADVOGADO : ODEMES BORDINI E OUTRO(S) - SP114188
EMBARGADO : CARLOS ALBERTO CARUSO
EMBARGADO : DEUSIR DE AQUINO CARUSO
ADVOGADOS : ANTÔNIO MACHADO DE OLIVEIRA - SP120843
DORIVAL SCANTAMBURLO E OUTRO(S) - SP059245
GABRIELA CARUSO JUSTO - SP188093

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por LUCIA HELENA GONZALEZ e JOSÉ NILSON DE PAULA em face de decisão assim ementada:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRADO NÃO CONHECIDO.

- 1. É pacífico o entendimento desta Corte de que a parte agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.*
- 2. Agravo em recurso especial não conhecido.*

Em suas razões, os embargantes alegam, em síntese, que há obscuridade e contradição na decisão embargada, pois houve a impugnação das matérias referentes à incidência do óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal e à violação dos arts. 131 e 139 do Código de Processo Civil no agravo em recurso especial. Reiteram, ainda, os motivos pelos quais entendem que deve

Superior Tribunal de Justiça

ser admitido e provido o recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração devem ser rejeitados.

Nos rígidos limites estabelecidos pelo artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes, quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso sob apreciação, não há a configuração, no aresto ora embargado, de qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material que permita a oposição dos aclaratórios.

Com efeito, não se vislumbra a existência de vícios na decisão embargada, no qual foi fundamentado de forma clara e sem proposições logicamente inconciliáveis entre si que os recorrentes deixaram de impugnar especificamente, nas razões do agravo em recurso especial, os fundamentos da decisão de admissibilidade relativos à incidência da Súmula 282/STF e à ausência de ofensa ao art. 139, inciso I, do CPC, conforme demonstram os seguintes trechos do julgado:

"Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, entre outros fundamentos, por considerar que: (a) não se configurou a alegada violação do art. 131 do Código de Processo Civil de 1973, "pois o princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado é prerrogativa concedida ao juiz, para que, com base no conjunto fático-probatório dos autos, possa firmar a sua convicção" (e-STJ fl. 592); e (b) incide o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal, pois a matéria tratada pelo art. 139, inciso I, do Código de Processo Civil não foi objeto de debate no acórdão recorrido.

Contudo, nas razões do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 598-611), os recorrentes limitaram-se a tecer

Superior Tribunal de Justiça

alegações genéricas acerca da admissibilidade e do mérito do recurso especial, mas não expuseram especificamente de que forma teria ocorrido o prequestionamento do conteúdo normativo do art. 139, inciso I, do CPC, nem evidenciaram os motivos pelos quais não se aplicariam as razões expostas pelo Tribunal de origem para afastar a alegação de ofensa ao art. 131 do CPC/1973.

Portanto, verifica-se que os agravantes deixaram de impugnar de forma específica os fundamentos da decisão de admissibilidade." (e-STJ fl. 640).

Nesse contexto, não se impunha a análise das razões pelas quais os recorrentes entendem que o recurso especial deve ser provido, quanto ao seu mérito, uma vez que sequer foi conhecido o agravo em recurso especial, e, por conseguinte, deixou de se abrir o acesso a esta Corte Superior, não se revelando possível o exame das matérias suscitadas pelos agravantes.

Destarte, não podem ser acolhidos embargos de declaração que, em verdade, traduzem inconformismo com a decisão posta, pretendendo rediscutir o que já foi decidido somente porque o que restou assentado pela decisão embargada é contrário ao interesse da parte.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator